

## BOOK REVIEW

### RESENHA DE LIVRO

SILVA, S.C.B.M.; SILVA, B.C.M.N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.

Sebastião Cerqueira Neto  
Prof. da Universidade do Estado da Bahia e UNISULBAHIA  
Doutorando em Geografia pela UFSE  
[cerqueiraneto.mg@gmail.com](mailto:cerqueiraneto.mg@gmail.com)

O conteúdo deste livro é uma colaboração para que entendamos como está se processando a evolução do território brasileiro, a dinâmica do território baiano e a convivência com globalização. Cabendo a geografia um importante papel na condução de um mergulho profundo nas questões globais, regionais e locais, ESTUDOS SOBRE GLOBALIZAÇÃO, TERRITÓRIO E BAHIA nos chama a refletir sobre as relações conflituosas, porém necessárias, entre os agentes internos e externos no processo de desenvolvimento de uma sociedade, mais precisamente no estado da Bahia. Destacamos, aqui, três partes do livro que refletem as contribuições para o entendimento da dinâmica estadual. Elas também estão inseridas na elaboração de um estudo maior que está sendo desenvolvido, que é a nossa tese de doutorado intitulada A DERIVA DA REGIÃO DO EXTREMO SUL DA BAHIA.

A primeira parte a ser analisada é a que trata da organização sócio-territorial e dinâmica dos lugares e regiões, onde o processo de desenvolvimento dos lugares é estudado “através da perspectiva da interface entre fatores exógenos e endógenos” (p.18). Esses dois vetores e suas variáveis compõem um complicado sistema de redes que visa oferecer possibilidades para o desenvolvimento local e/ou regional. Numa visão dialética, sugere-se que as ações de origem internas e externas atuem de forma igualitária, no entanto, percebe-se, atualmente, que há uma influência maior das primeiras em relação as segundas. Este panorama pode ser atribuído à falta de governança estabelecida quase que de maneira geral em nosso país em todos os níveis de poder. O Estado deixa de implantar políticas de desenvolvimento e acaba por se afastar da população. Por outro lado, o capital das grandes empresas passa a ser visto como preponderante para uma maior dinamicidade econômica e conseqüentemente na promoção do desenvolvimento de um dado lugar. Com este panorama uma região passa a ser vista como uma “quase-empresa”.

A atuação dessas empresas, também, colaboram para o surgimento de novas configurações no espaço. Para Silva e Silva “a dinâmica externa está forçando, dialeticamente, um maior dinamismo interno na perspectiva dos territórios” (p.21). Este diálogo produziu uma evolução no que se refere ao pensamento de ambas correntes. A endogenia passou a se dedicar às questões de organização das comunidades locais e regionais atendendo prioridades que visam o uso mais racional dos recursos, se libertando de uma atitude positivista da utilização dos mesmos. Do outro lado, agentes exógenos também mudaram de mentalidade no que concerne à utilização do meio, priorizando um desenvolvimento sustentável, o que pode ser verificado na criação de vários institutos ou ONG's voltados para atender as características sociais, culturais, econômicas e

---

Recebido em 11/04/2007  
Aprovado para publicação em 10/08/2007

ambientais de uma determinada localidade. Isto contribui para que haja “um eficiente e justo enraizamento territorial que prepare o lugar ou a região para o enredamento global” (p.28).

Nossa análise sublinha agora à parte do livro que se dedica a abordar o problema regional brasileiro com suas velhas e novas questões. O vocábulo problema já indica que para um esforço que teremos que empregar para estudar o modelo presente de divisão territorial do Brasil, assim como a dos estados, e, também, expressa uma dificuldade em novas proposições de redivisão.

Algumas variáveis são citadas pelos autores com o escopo de apontá-las como as principais barreiras para a aplicação de um novo modelo: 1) a grande extensão territorial com suas diferenciações físicas, 2) a enorme disparidade sócio-econômica entre a população, e 3) a conduta questionável da grande parte dos políticos brasileiros. As relações políticas baseadas no famoso jogo de poder (onde poderíamos lembrar Ratzel) são “a expressão de graves desequilíbrios econômicos e sociais existentes entre as grandes regiões e os Estados da Federação” (p.50).

Há uma tradição política brasileira em se perpetuar no poder com o objetivo de manter grandes extensões de terras ou para manter a concentração de investimentos. Este tipo de comportamento – que tem sua gênese no Coronelismo – contribui substancialmente para a persistência dos problemas regionais e, por conseguinte afetam, de maneira que emperra, a mobilidade de indicadores econômico-sócio-ambientais de todo o país. Todavia, Silva e Silva apontam para o fim deste panorama, mas em contrapartida mostram que o poder central vem perdendo a sua governabilidade.

Compilamos alguns elementos que são, na visão dos autores, os responsáveis por esta situação: a) enfraquecimento das formas tradicionais de ação regional do Estado (Governo Federal) através de políticas, programas e projetos; b) mudanças tributárias e político-administrativas proporcionadas pela Constituição de 1988 provocaram um crescimento expressivo do papel dos Estados e municípios nas questões relativas ao desenvolvimento regional e local; c) expansão exacerbada das formas de competição entre lugares e regiões, a chamada “guerra dos lugares”; d) incremento significativo do papel das organizações e movimentos sociais nas questões do desenvolvimento local e regional. O ponto comum a todos estes elementos é a valorização dos aspectos regionais e locais. Com isso, Estados e municípios, em conjunto ou não com grandes empresas, elaboram os seus planos de desenvolvimento. Essas ações fazem com que o Governo Federal se distancie “cada vez mais de uma perspectiva prioritária da questão regional” (p.61) jogando por terra um pensamento de integração nacional que deve ser o norte de qualquer executivo federal.

Na última parte desta resenha damos enfoque à Bahia. Silva e Silva trazem para a Bahia a mesma problemática abordada anteriormente em escala nacional. Em escala menor de análise, os autores relatam os contrastes existentes num estado que possui uma área de 564.692 Km<sup>2</sup>, onde cabe uma França. Fazendo uma analogia entre o Brasil e a Bahia pode-se perceber a mesma carência no que tange a definição de “uma sólida política estadual de desenvolvimento regional” (p.66). A comparação continua: ao analisarmos o Brasil através da sua histórica concentração de investimentos, verifica-se que o estado de São Paulo, mais especificamente a capital, sempre foi privilegiado com investimentos em infra-estrutura.

O mesmo modelo foi empregado na Bahia na Região Metropolitana de Salvador (universidades, Pólo Petroquímico, Montadora da Ford – atrelada a “guerra dos lugares”). O desenvolvimento de outros lugares tem sua origem nas ações de estatais federais ou na iniciativa privada, esta última muito mais intensa. Como exemplo, temos: Paulo Afonso (Chesf), Mucuri (celulose), Barreiras (grãos), Vitória da Conquista (agropecuária), Porto Seguro (turismo), Brumado (mineração), Teixeira de Freitas (silvicultura e fruticultura). A grande extensão territorial da Bahia e suas diferenciações nos aspectos físicos da paisagem e de sua população necessitam de “construção de uma política estadual de desenvolvimento para suas regiões” (77). Não havendo esta postura do governo, o território baiano se torna um campo fértil para propostas de sua redivisão, que pode ser entendida como insatisfação das regiões do estado que não são atendidas pelo governo.

Também, pode ocorrer o processo de deriva (fazendo uma analogia com a Teoria de Wegener), onde Estado e população não percebem que um não pertence mais ao outro.

A organização dos textos no livro é uma contribuição para que entendamos o nosso papel enquanto geógrafo acerca das modificações espaciais, não importando a sua escala. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*, oferecem uma perspectiva de analisar o contexto regional e local sem perder de vista a sua inserção no mundo. Quando se perde esta referência de análise há grandes possibilidades de nos limitar aos estudos dos locais como se estes não pertencessem a nenhuma unidade da federação, ou ainda, pior, despertar o sentimento de auto-sustentabilidade, como se fosse uma república independente. Pensamos que os novos arranjos espaciais que indicam para uma redivisão do território brasileiro representam uma evolução das novas configurações colocadas pela sociedade, portanto, não se traduzindo em idéias separatistas carregadas de preconceitos, mas atendendo a dinâmica constante da sociedade e da economia.